

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/41087	52721/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFG - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Rita de Silva Ramôa (1 / 2)
Edição Superior
Data: 15/12/2025
Divisão: 33484a9e8bbe676e1bb7381d38f668
HASH: c346f6c31ede11d4e804d2d1cb43640

Ana Bárbara da Silva Magalhães (2 / 2)
Direção
Data: 15/12/2025
Divisão: 33484a9e8bbe676e1bb7381d38f668
HASH: 93484a9e8bbe676e1bb7381d38f668



PROPOSTA DE DECISÃO PRELIMINAR

Processo: 35598/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Incomodidade sonora

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Proposta de intenção de arquivamento - audiência prévia

Local: Estabelecimento - Café Diagonal - Rua da Cruz de Pedra, nº 102 - UF Maximinos, Sé e Cidade

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/39752 de 3 de Dezembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Em ação inspetiva ao local, a 18/11/2025, foi possível constatar que o estabelecimento em causa:

- É explorado por Ernesto Miranda Peixoto, NIF 187958017
- Tem licença de utilização n.º 248/94 - similar de hotelaria
- Efetuou Mera Comunicação Prévia - 85493/2021
- Tem afixado o horário das 08h00 às 24h00
- A esplanada em causa insere-se em espaço privado de domínio público - não carece de título

Tendo em atenção o supra exposto, bem como o facto de o ruído reportado se enquadrar no conceito de ruído de vizinhança, propõe-se superiormente informar as partes:

- Do resultado da ação de fiscalização supra mencionada;
- Informando que a presente denuncia foi encaminhada para a Policia Municipal, uma vez o ruído reportado enquadra-se no conceito de "ruído de vizinhança", de acordo com a alínea r), do artigo 3.º do Regulamento Geral do Ruído, pelo que, nos termos da alínea f), do artigo 26.º do referido diploma, a fiscalização da produção de tal ruído encontra-se atribuída às autoridades policiais, devendo tais autoridades atuar em conformidade para repor a normalidade e determinar, desde logo, a suspensão da atividade, se for observado um ruído especialmente perturbador;
- Face ao exposto, propõe-se superiormente que se determine a notificação dos interessados de que é intenção deste Município determinar o arquivamento do presente processo, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código de Procedimento Administrativo, na sua redação atual, pelo que, dispõe do prazo de dez (10) dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção. Findo o prazo, sem que se pronuncie, presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, arquivando-se o processo de seguida.

